

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	716.569.157,37	2.690.912,13	719.260.069,50
Pessoal Ativo	578.031.183,50	2.418.691,32	580.449.874,82
Pessoal Inativo e Pensionistas	138.537.973,87	272.220,81	138.810.194,68
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	127.143.698,94	2.690.912,13	129.834.611,07
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.211.257,49	0,00	1.211.257,49
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.515.274,80	2.685.972,10	5.201.246,90
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	123.417.166,65	4.940,03	123.422.106,68
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	589.425.458,43	0,00	589.425.458,43

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.857.643.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,089734%	0,000000%	0,089734%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,150370%		987.716.837,78
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,142852%		938.330.995,89
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0,135333%		888.945.154,00

FONTE: Siafi - Sercont/Secof/TRT da 9ª Região- 10/SET/14-10:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011, a saber:
 - a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 69.756.746,45
 - b) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 7.213.504,28
 - c) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 1.727.736,50.

ALTINO PEDROZOS DOS SANTOS
Presidente do Tribunal

PATRÍCIA AIMÉE BRUEL ANTONIO
Ordenadora da Despesa

MÁRIO LUÍS KRÜGER
Diretor da Secretaria de Controle Interno e Auditoria

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças